

PODER

Haddad: prazo para tributária é “factível”

Ministro acredita em regulamentação da reforma antes do recesso parlamentar, que começa em 8 de julho. Grupo de trabalho na Câmara prevê lobby do setor privado

» RAFAELA GONÇALVES
» EVANDRO ÉBOLI

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ser “totalmente factível” o prazo para a aprovação da regulamentação da reforma tributária na Câmara, antes do recesso parlamentar, que tem início em 8 de julho.

Ainda está pendente a entrega, pelo governo, do projeto que cria o Comitê Gestor. Segundo o ministro, o texto chegará ao Congresso na próxima semana. “As duas leis vão substituir os 5.570 sistemas municipais, de 27 estados e o da União”, afirmou, em audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Haddad rebateu críticas ao patamar da alíquota média do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), que deve ficar em torno de 26,5%. “Vai ser muito menor do que é hoje. Se todo mundo der sua contribuição, a alíquota vai ser menor”, frisou. Ele destacou que a única maneira de baixar a alíquota é aumentando a base de arrecadação.

O chefe da equipe econômica avaliou o resultado das contas públicas no quadrimestre e defendeu os ajustes na política fiscal feitos pelo governo. De acordo com ele, com o desempenho recorde da arrecadação no período é possível alcançar a meta de déficit zero. “É um ajuste fiscal que está sendo feito sem doer nas famílias trabalhadoras, empresários que pagam imposto corretamente”, sustentou.

Grupo de trabalho

Também na Câmara, foi instalado, ontem, o principal grupo de trabalho da regulamentação da reforma tributária, que antevê uma forte pressão e um atuante lobby do setor privado e dos diversos segmentos da economia nos 60 dias que vão durar o funcionamento.

Os parlamentares do GT citaram repetidamente o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que garantiu autonomia e independência ao trabalho da equipe, batizada de “G-7 Tributária”.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



O grupo de trabalho terá 60 dias para funcionar e apresentar um parecer, que não terá um relator específico

Programação

Terça-feira
Audiências públicas
» Bernard Appy, secretário extraordinário da Reforma Tributária

» Representantes de grandes entidades empresariais, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA)

“Quem vai assinar? Pode ser escolhido por letra ou sorteio. Ou assinam todos”, disse Cláudio Cajado (PP-BA), um dos membros. “O grupo não terá relator nem subrelator. Vamos compartilhar as informações. E se tiver discordâncias, como se trata de matéria técnica, vai prevalecer isso, o que é técnico.”

Audiências

Na próxima terça, começam os trabalhos propriamente ditos, com as primeiras audiências públicas. Na parte da manhã, será ouvido o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy. À tarde, a reunião será com representantes de grandes entidades empresariais, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA) admitiu que um modelo com “sete relatores não é fácil”. O parlamentar elogiou a reunião que o grupo teve com Lira.

“O presidente Arthur Lira nos disse que tem sido procurado pelos setores. ‘É tributária? Não vou atender. Procurem o GT’, nos disse o presidente, que nos deu toda autonomia e só nos recomendou não aumentar a carga tributária”, contou Passarinho na instalação.

Moses Rodrigues (União-CE) destacou que o importante é acertar a “calibragem” da regulamentação da reforma. “Essa é a parte mais complicada e difícil. No mínimo, temos que manter como está”, declarou, ao se referir à carga tributária do país.

Lira criou também o GT que vai tratar do projeto de lei relativo ao Comitê Gestor e à distribuição do IBS, também com 60 dias para funcionar. Esse, só será instalado na semana que vem, quando a equipe econômica do governo enviar à Câmara o projeto referente ao tema. Nesse grupo estão os deputados Vitor Lippi (PSDB-SP), Pedro Campos (PSB-PE), Mauro Benevides (PDT-CE), Luiz Carlos Haully (Podemos-PR), Ivan Valente (PSol-SP), Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) e Bruno Farias (Avante-MG).

Benefício ao setor de eventos até 2026

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou integralmente, ontem, o projeto de lei que mantém o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) até 2026. Com a medida, o benefício fiscal fica limitado a um valor de R\$ 15 bilhões — R\$ 5 bilhões por ano — para 30 áreas econômicas. A assinatura ocorreu em solenidade no Palácio do Planalto.

Entre os presentes, estavam o ministro do Turismo, Celso Sabino; o presidente da Embratur, Marcelo Freixo; e o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE). A manutenção do programa ocorre após embate entre o Executivo e o Legislativo, passando também pelos setores afetados.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tinha anunciado o fim do benefício e declarado que havia sinais de fraudes. O Perse foi criado em 2021, durante a pandemia, para aliviar a tributação sobre o setor de eventos, como hotéis, restaurantes e parques. O titular da equipe econômica também argumentou que o programa tinha um forte impacto nas contas públicas, com R\$ 13 bilhões em 2023, e dificultava a meta do governo para o ajuste fiscal.

O governo apresentou uma medida provisória (MP) para acabar com o Perse, que não foi

Joédson Alves/Agência Brasil



Lula sancionou integralmente o projeto que mantém o Perse

aceita pelos parlamentares e acabou transformada em um projeto de lei. As discussões sobre o tema provocaram desgaste entre Parlamento e Executivo.

Após reação de congressistas e dos setores beneficiados, a Fazenda apresentou um acordo, em 23 de abril, e enviou o projeto de lei ao Congresso com limite de R\$ 15 bilhões até 2026. A ideia é que o Perse seja extinto

após esse prazo. Na Câmara e no Senado, parlamentares definiram 30 setores que podem receber o benefício fiscal, dos 40 abarcados pelo texto original, de 2021.

“A maior prova de que o governo trabalhou para que o novo Perse fosse aprovado e hoje (ontem) sancionado é que não houve um único veto em todo o texto”, destacou



A maior prova de que o governo trabalhou para que o novo Perse fosse aprovado e hoje (ontem) sancionado é que não houve um único veto em todo o texto”

Celso Sabino,
ministro do Turismo

Sabino, em seu discurso na solenidade. Para o ministro, o projeto moderniza e dá eficiência à lei, além de garantir a austeridade fiscal.

Sabino também fez elogios a Haddad, que não participou do evento. Para ele, o chefe da Fazenda foi “gigante” ao tratar do tema e visitou parlamentares “dezenas de vezes” para conseguir fechar o acordo.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Tudo começou com José Dirceu e Sergio Moro

O ex-deputado José Dirceu e o ex-ministro Sergio Moro são dois grandes protagonistas do processo de radicalização política existente no país. Simbolizam o maniqueísmo da luta entre o bem e o mal para petistas e bolsonaristas, respectivamente, desde o início desse processo. Dirceu, quando ainda era o poderoso ministro da Casa Civil do governo Lula, no episódio que ficou conhecido como mensalão, em 2005; Moro, como o juiz ferrabrás da Operação Lava-Jato, que começou em 2014, com a investigação de lavagem de dinheiro num posto de gasolina de Brasília, proveniente de corrupção na Petrobras, pelos procuradores do Ministério Público Federal em Curitiba.

Desde então, nada foi como antes na política brasileira. Mesmo sem ter a ver com o mensalão, Dilma Rousseff, que substituiu Dirceu na Casa Civil, eleita e reeleita presidente da República, acabou apeada do poder por um processo de impeachment. Naufragou na onda de desgaste do governo provocada pela Lava-Jato e pela perda de controle da economia, após a adotar a chamada “nova matriz econômica”.

Em 2018, Jair Bolsonaro, um candidato azarão, se elegeu presidente da República, com a política brasileira mergulhada numa crise ética. A política de terra arrasada conduzida por Moro levou à prisão políticos, executivos e os principais empreiteiros do país, entre os quais Marcelo Odebrecht, cujas condenações também foram anuladas ontem, monocraticamente, pelo ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal. Essa é outra história.

Por três votos a dois, a Segunda Turma do Supremo julgou extinta uma ação contra Dirceu, condenado por Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. No STJ, ele já havia se livrado da segunda imputação, mas restava a primeira. Não houve julgamento de mérito. Ricardo Lewandowski (hoje ministro da Justiça), Gilmar Mendes e Nunes Marques entenderam que o crime estava prescrito. Edson Fachin e Carmen Lúcia, não.

De acordo com a legislação penal, a prescrição para corrupção passiva ocorre após 12 anos, porém, quando o acusado tem mais de 70, cai para a metade. O suposto crime teria sido cometido em 2009. José Dirceu ainda tem outro processo no STJ, igualmente sujeito à prescrição, no qual a defesa alega que houve perseguição de Moro.

Como o relator é o ministro Gilmar Mendes, magistrado que sempre questionou a legalidade dos inquéritos conduzidos por Moro, essa ação contra Dirceu também pode ser extinta, segundo as expectativas dos advogados. Nesse caso, restabelecerá seus direitos políticos e poderá voltar a disputar eleições.

O senador Sergio Moro (UB-PR), desde que assumiu uma cadeira no Senado, viveu sob ameaça de cassação, por abuso de poder econômico na campanha eleitoral. Agora, foi absolvido por unanimidade das acusações pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A disputa jurídica começou no Paraná, com a apresentação de duas ações de investigação eleitoral contra Moro e seus suplentes — Luís Felipe Cunha e Ricardo Augusto Guerra.

Reabilitação

Nas ações, o PL e a Federação Brasil da Esperança acusaram Moro de irregularidades nos gastos realizados na pré-campanha e nos repasses de recursos do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral. O ex-juiz teve a imagem desconstruída desde quando aceitou participar do governo de Jair Bolsonaro, como ministro da Justiça.

Seu apoio a Bolsonaro maculou sua postura de magistrado imparcial. Jogo combinado e arbitrariedades na atuação dos procuradores da Lava-Jato corroboraram, para a maioria dos ministros do STF, os questionamentos à forma como Moro conduziria os processos, sem respeitar o devido processo legal.

O rompimento de Moro com Bolsonaro, ao deixar o Ministério da Justiça por não pactuar com a interferência do presidente da República nas atividades da Polícia Federal, fez com que o ex-juiz ficasse entre dois fogos: o do bolsonarismo e o dos petistas.

Abuso de poder econômico, uso indevido dos meios de comunicação, compra de apoio político e arrecadação ilícita de recursos na pré-campanha eram as acusações contra Moro e seus dois suplentes. As ações do PL, partido de Bolsonaro, e da Federação Brasil da Esperança eram uma espécie de ajuste de contas.

O partido de Bolsonaro pleiteava a cassação dos mandatos, a aplicação da inelegibilidade e nova eleição para cargo de senador no estado. A decisão do TSE não surpreendeu os meios políticos, assim como a prescrição dos processos de Dirceu. Nos meios jurídicos, já era considerada líquida e certa. Nos meios políticos também havia um ambiente favorável.

José Dirceu já havia sido reabilitado pelos políticos, exceto pelos bolsonaristas. Moro também havia se repositado no Senado, onde vestiu as sandálias da humildade. Dirceu é visto como um bom interlocutor pelos políticos do Centrão; Moro descartou uma eventual candidatura à Presidência.